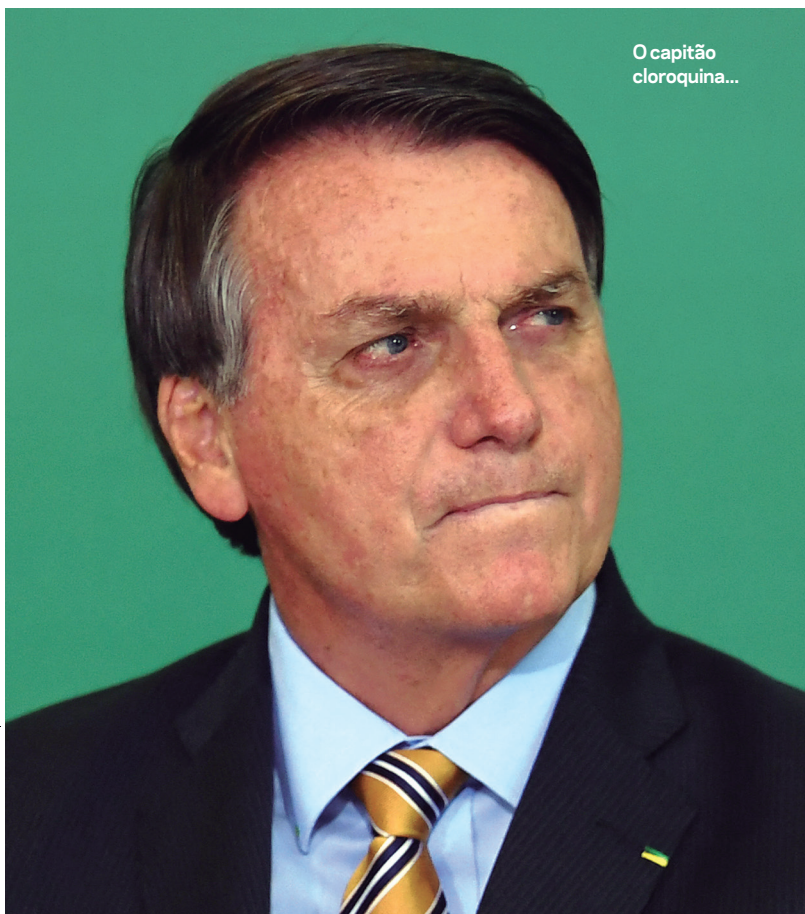




Seu País



O capitão
cloroquina...



...e o enigma
Kajuru

A CPI do vírus B17

VEXAMES O Senado confirmará a conclusão da OAB de que Bolsonaro merece o Tribunal Penal Internacional pela conduta na pandemia?

POR ANDRÉ BARROCAL

O primeiro-ministro da França, Jean Castex, anunciou na terça-feira 13, na Assembleia Nacional, que o país fechou para voos do Brasil. Se até então se exigiam de brasileiros testes e quarentena de dez dias para entrar lá, “a situação absolutamente dramática”

(palavras de Castex) da pandemia aqui impôs uma ação mais radical. As mortes batem recordes sucessivos, média superior a 3 mil por dia. Capitais suspenderam a vacinação por falta de doses, casos de Curitiba, João Pessoa, Salvador e Rio Branco. O avanço das injeções nos idosos, mesmo aos solavancos, faz jovens de até

40 anos serem agora a maioria nas UTIs. “O surgimento de novas variantes isolará o Brasil como uma ameaça à segurança da saúde global e levará a uma crise humanitária completamente evitável”, diz um artigo da revista *Science*, publicado por brasileiros e americanos um dia após o comentário de Castex.





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 22

Lava Jato. O Le Monde
joga luz sobre a interferência
dos Estados Unidos

A passagem do *premier* pela Assembleia custou outro vexame para nós. Foi quando Castex fustigou um deputado opositor que cobrara do governo francês, em 2020, usar hidroxicloroquina contra o Coronavírus. Antes, recorde-se: foi um médico francês, Didier Raoult, defensor da cloroquina no vírus, que inspirou o bolsonarismo a aderir à ideia, depois reconhecida pelo doutor como um erro. “Gostaria de avisar que o Brasil é o país onde ela é mais prescrita”, afirmou Castex, a arrancar risadas. Sorrir foi o que o muso do placebo recusou-se a fazer naquela noite, ao chegar ao Palácio da Alvorada, parar na porta para confraternizar com a claqué de sempre e ouvir uma fã pedir uma foto lado a lado. “O dia que eu passei e quer que eu sorria?”

O mau humor do capitão cloroquina tinha razão parlamentar. No caso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a da Covid, criada horas antes no Senado, por ordem do Supremo Tribunal Federal. Jair Bolsonaro havia feito de tudo para evitá-la. Destemperou-se a ponto de atacar em público um juiz do STF, Luís Roberto Barroso, e tramar clandestinamente o *impeachment* de outro, Alexandre de Moraes. Compreensível. Terá pela frente um flanco a miná-lo politicamente. Será que a CPI chegará à mesma conclusão de um grupo da Ordem dos Advogados do Brasil montado para examinar a conduta presidencial na pandemia? Para o grupo, comandado pelo ex-presidente do Supremo Carlos Ayres Britto, Bolsonaro fundou uma “República da Morte”, cometeu crime contra a humanidade e merece ser julgado no Tribunal Penal Internacional.

Apesar da mística das CPIs, o histórico delas mostra poucos casos em que o poder balança, como na queda do governo Collor, em 1992, e na exposição do “Mensalão” do PT, em 2005. A

A França fechou os voos do Brasil. “Tornou-se uma ameaça à segurança da saúde global”, lê-se na revista *Science*

composição da CPI da Covid sugere potencial explosivo. Em campo, a nata do Senado, e com uma maioria (7 a 4) antipática a Bolsonaro. Pelo MDB, o líder Eduardo Braga e o ex-presidente da Casa Renan Calheiros. Pelo PSDB, o experiente Tasso Jereissati. Pelo PSD, um vice-líder, Omar Aziz, e um presidente de comissão, Otto Alencar. Pelo PT, o líder da bancada em 2019, Humberto Costa. Esta é a turma em tese contra o capitão cloroquina. A favor dele a CPI terá o presidente do partido-símbolo do “Centrão”, Ciro

Nogueira, do PP. Jorginho Mello, do PL, um dos vice-líderes do governo. Marcos Rogério, líder do DEM, e Eduardo Girão, um dos vice-líderes do Podemos.

O líder da oposição, Randolfe Rodrigues, da Rede, completa o time. Foi ele quem propôs a CPI, no embalo da desgraça vista no Amazonas em janeiro, a fim de “apurar as ações e omissões do governo” na pandemia, em geral, e na desgraça naquele estado, em particular. A tragédia amazônica acaba de custar um processo judicial contra o ministro da Saúde da época, Eduardo Pazuello. O Ministério Público Federal acusa o general da ativa de improbidade administrativa. Motivos: demora para agir contra a segunda onda amazônica, omissão ante a iminente falta de tubos de oxigênio, pressão para o SUS receber cloroquina, lentidão na transferência de pacientes que esperavam leitos, falta de medidas de isolamento social.

Tempo ruim para o militar também no Tribunal de Contas da União, auxiliar



Pacheco,
especialista
em “cara de
paisagem”

JEFFERSON RUDY/AG. SENADO, EVARISTO SÁ/
AFP E PEDRO FRANÇA/AG. SENADO



Segundo Bolsonaro, o ministro Barroso carece de "coragem moral"

do Congresso na vigilância do governo. Na quarta-feira 14, o TCU iniciou um julgamento que pode multar Pazuello e outros membros da antiga equipe dele em 67 mil reais cada, pela conduta na pandemia, e desdobrar-se em uma investigação exclusiva só para o general. O processo possui roteiro útil à CPI. No capítulo "cloroquina", por exemplo, técnicos da corte dizem ser ilegal o SUS ter gastado grana com remédio não aprovado pela Anvisa, como cloroquina para Covid não é. Entre 14 e 15 de janeiro, o Ministério da Saúde mandou para o Amazonas 250 mil comprimidos do placebo.

"Gasto exacerbado com medicamentos sem eficácia comprovada" é um dos 14 itens que Rodrigues lista para a CPI. Outros são as aglomerações causadas por Bolsonaro em viagens, atraso na compra de imunizantes da Pfizer, omissão diante da falta de oxigênio em Manaus, tentativas de maquiar dados sobre mortes e diplomacia causadora de prejuízos na geopolítica das vacinas. Detestado no Senado, o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo que ponha as barbas de molho. Já os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich são promessa de munição contra o governo.

Até a conclusão desta reportagem, na manhã da quinta-feira 15, não estava definido quando a CPI começaria, nem se as reuniões serão com senadores presentes no Congresso ou via *web*. Idem quanto à ocupação dos cargos mais importantes, presidente e relator. O primeiro dita o ritmo das apurações e o segundo, o rumo. O governo esforçava-se por uma solução do tipo "mal menor", que evitasse que o autor da CPI, Rodrigues, ocupasse uma das vagas e Calheiros, a outra. O senador do MDB é lulista e tem dito que Lula será o candidato do "Centro"



na eleição de 2022, uma forma de manter o desenho polarizado da disputa, mas de um jeito favorável ao petista.

Certo é que a comissão terá inicialmente 90 dias, metade do prazo costumeiro, e que, se dependesse do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, do DEM, não sairia do papel. Pacheco sentara em cima do requerimento de CPI proposto em 4 de fevereiro por Rodrigues. O documento cumpria as formalidades (tinha

30 assinaturas, o mínimo no Senado são 27), mas Pacheco achava que não era conveniente para Bolsonaro, apoiador de sua eleição para comandar o Senado. Até tentara esvaziar a pressão, ao articular o comparecimento do então ministro Pazuello ao Senado.

Uma segunda onda pró-CPI formou-se no fim de fevereiro, após Bolsonaro ir ao Ceará e atacar o governador Camilo Santana, do PT, e ameaçar outros estados. O



cearense Jereissati liderou-a, fará parte da CPI e recentemente disse ter pedido “completamente a expectativa na regeneração do Bolsonaro” e que o problema dele “é psiquiátrico, não é um problema político”. Pacheco fez cara de paisagem de novo na segunda onda pró-CPI, apoiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, do PP, que de sua trincheira pregava contra a investigação. A propósito: um correlião de Lira, José Carlos Schiavinato, do Paraná, morreu de Covid na terça-feira 13, o primeiro deputado a tombar pela doença. No Senado já morreram três.

A CPI só vingou graças a uma liminar de Barroso, do Supremo, em 8 de abril, decisão chancelada pelo plenário do Tribunal na quarta-feira 14. O juiz aceitou um mandado de segurança de 11 de março, de autoria dos senadores Alesandro Vieira, de Sergipe, e Jorge Kajuru, de Goiás, ambos do partido Cidadania, o ex-PPS. Era um mandado contra Pacheco. Na liminar e no plenário, Barroso lembrou Pacheco, que é advogado, do óbvio. CPI é um direito constitucional

O Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União **infernizam a vida do ex-ministro Pazuello**

da oposição. Se a proposta de criar uma preenche as formalidades, não cabe ao chefe do Senado ou da Câmara decidir se vai ou não instalar.

Barroso levou bordoadas presidenciais. “Faz politicalha junto ao Senado”, aliado com “a esquerda”, disse Bolsonaro. “Uma interferência, sim, desse ministro junto ao Senado para me atingir”, tascou dias depois. Cínico: em 2007, o então deputado Bolsonaro defendeu que o Supremo aceitasse um mandado de segurança e obrigasse, o que de fato aconteceu, os deputados a criar a CPI do Apagão Aéreo, proposta na época por adversários do governo federal petista, entre eles o

atual secretário-geral da Presidência, Onix Lorenzoni.

Bolsonaro também disse que “falta coragem moral” a Barroso, por não decidir sobre pedidos de *impeachment* de colegas supremos. No fim de semana posterior à liminar, o presidente falou por telefone com Kajuru, um dos autores do mandado de segurança. O senador gravou a conversa e divulgou-a em parte. Por seu gesto, e pelo teor da ligação, ficou nítido que Kajuru queria limpar a própria barra, ao tentar convencer Bolsonaro de que seria possível investigar governadores e prefeitos, um desejo presidencial bolsonarista. No papo, Kajuru contou que havia entrado com outro mandado no Supremo, pela degola de Alexandre de Moraes, condutor de inquéritos indigestos para o bolsonarismo.

“Fui gravado numa conversa telefônica, tá certo. Olha a que ponto chegamos no Brasil”, disse Bolsonaro. Seu filho Carlos, o das *fake news*, divulgou fotos do celular do pai para mostrar que partira de Kajuru o telefonema e que, portanto, não havia armação presidencial para posar de vítima. Outro filho, Flávio, o das “rachadinhas”, pediu ao Conselho de Ética do Senado a cassação de Kajuru. Que tal se o Conselho, inútil, cassasse os dois de uma tacada só? Um terceiro filho, Eduardo, o dos hambúrgueres, *tuitou* que *lockdown* dissemina o vírus, pois aglomera familiares, e tomou reprimenda da rede social, pela cara de pau.

Tudo somado, o esperneio bolsonarista ao menos serviu para Pacheco dar um jeito de enfiar na mira da CPI uma brecha para atingir governadores e prefeitos, como queria Bolsonaro, com o argumento de que houve repasse federal de grana para estados e municípios agirem na pandemia. *E la nave va.* •

Randolfe e Calheiros
são espinhos no
flanco do presidente



MARCELO CAMARGO/ABR, MARCOS OLIVEIRA/ABR E TSE

